

DO QUE PROTEGER AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES?

Marcus Góes

Há pouco tempo atrás, diante de determinadas situações, nossa sociedade contava predominantemente com recursos como os manicômios, as prisões, os grandes orfanatos, os asilos, as “fundações casa”. Todos eles com uma característica em comum: retiravam as pessoas de seus bairros, isolando-as do convívio social. Trata-se de instituições também conhecidas como “instituições totais”. Totais porque pretendem dar conta de tudo, atender a todas as demandas de educação, saúde, lazer, etc, de maneira que os sujeitos não precisem mais da cidade.

Atualmente, muitos são os serviços que de alguma forma, apresentam práticas alternativas às instituições totais: NCIldoso, CAPS I, CAPS adulto, CAPS AD, MSE, SAICA, SRT, CJ, NCMulher, dentre outros. Contamos hoje com marcos legais e parâmetros importantes para as políticas públicas como a Constituição Federal, o ECA, o SUS, o SUAS, o SINASE, também dentre muitos outros. Certamente podemos dizer: como seria bom se eles estivessem sendo aplicados de fato. Mas parece que de fato, também podemos dizer que eles estão sendo aplicados em parte e novas práticas de cuidado tem se desenvolvido, mesmo que com muito ainda por ser modificado e feito.

Esse outro caminho que as políticas públicas vem percorrendo, tem colocado novas problemáticas para os trabalhadores desses serviços: qual é o desafio de acompanhar jovens que infringiram a lei (ou que a lei os vê como infratores)? E o de estar com os velhos e a proximidade com o momento de partir? Ou com os jovens no contraturno escolar e toda a sua energia e anseio por viver os encontros amorosos, experimentar as coisas do mundo e as coisas que nós, já não tão jovens nem sabemos que existem? Ou então com aquelas pessoas que vivem uma desorganização e confusões afetivas tão intensas e profundas que por vezes nem se comunicar é possível? E também o desafio de acompanhar aqueles que vem tendo tanta dificuldade para cultivar outras coisas da vida que não um certo uso de drogas? Como é também acompanhar mulheres e suas famílias que vivem em casa uma experiência tão violenta?

Por diversas razões, muitas crianças e adolescentes estão no que se nomeia como situação de vulnerabilidade e, a partir de uma compreensão dessa situação hoje, diversas ações no campo da educação, saúde, cultura, transporte, alimentação, moradia dentre tantas outras, tem sido desenvolvidas. Mas, vulnerabilidade é uma palavra que também nos leva por outros caminhos que, apesar de relacionados, independem da pobreza ou da precariedade do acesso a esses direitos, como hoje os entendemos. Do que mais falamos com o termo vulnerabilidade?

Antes, dizia-se situação de risco. Mas, caímos numas armadilhas, na ideia de que só os pobres estavam em situação de risco e que a responsabilidade por essa situação era só da pessoa em risco, como se não houvesse história, economia, toda uma sociedade e suas complicadas relações. Antes ainda, outras expressões já foram e continuam sendo utilizadas. Carente ou população carente, por exemplo. Nesse caso fomos pegos na crença de que para alguns nada falta, de que a carência está apenas do lado de lá, e que caberia a nós, dar um pouco de nossa abundância. Caímos num lugar um tanto arrogante.

Imagino que essas expressões, em seu nascimento, são capazes de nos fazer pensar de outras maneiras. Mas depois, parece que uma morbidade toma conta, a expressão se enrijece, perde vida e trocamos uma por outra sem acessar o que há de novo em cada uma, sem perceber suas nuances, sem que elas nos afetem. Por vezes, acontece de utilizarmos todas numa mesma frase, ou então, utilizarmos apenas a mais recente, por saber que a anterior tornou-se politicamente incorreta, enquanto que a nova deve nos orientar, em direção a algum lugar que não sabemos muito bem qual. Enfim, vulnerabilidade, ou situação de vulnerabilidade, é um termo, uma expressão, sujeita a esse risco. Situação de vulnerabilidade está em situação de vulnerabilidade, corre o risco de ser pega por essa morbidade, e tornar-se carente de uma força que nos faça pensar, sentir, alterar nossa percepção das coisas. Então, do que essa expressão nos fala?

Situação de vulnerabilidade parece apontar pra algo que ameaça, ao qual estamos expostos, algo perigoso. Exposto a algo sem conseguir, ou com poucas condições de se defender. No caso das crianças, sem adultos capazes de protegê-las desse perigo. Por outro lado, a ideia de uma situação de invulnerabilidade me é bem estranha, um tanto ideal. Se proteger do perigo não é o mesmo que eliminá-lo. O medo da vulnerabilidade parece levar a uma busca por um certo tipo de esterilização da vida.

Entre 2001 e 2002, frequentei um bairro, União de Vila Nova, em São Miguel Paulista. Desde então, esse bairro mudou muito, foi reurbanizado. Hoje em dia, em visitas esporádicas, não vejo mais casas com as janelas estranhamente mais próximas do chão, com telhados mais baixos que o usual. Essas imagens me marcaram. Eram casas inteiras que lentamente afundavam, porque ali era uma várzea, a várzea do Rio Tietê, uma região de lagoas. Depois, soube que para evitar as enchentes, também acontecia dos moradores jogarem terra na área e o chão ficar mais alto. As casas iam aos poucos se enterrando e sendo enterradas, a ponto de hoje haver casas construídas sobre a laje de casas totalmente submersas na terra.

Quando penso nas tantas coisas que constituem uma situação de vulnerabilidade, as imagens das casas afundadas em União de Vila Nova me voltam com muita força. Lembro que o terreno, aparentemente, era firme, eu andava por ele, até carro passava, mas era movediço, com muitas enchentes, e as casas afundavam, afundavam tão lentamente que não percebíamos, a não ser depois. E aí via-se que o terreno não era tão firme assim.

Essa lembrança não é só uma lembrança, é um incômodo atual. Mas qual é o incômodo? Talvez de não saber se as coisas estão afundando, se o chão é firme mesmo, talvez seja o incômodo de afundar sem perceber e me dar conta quando a lama for tanta que seja difícil até pra sair do lugar. Mas afundando onde? E será que quando estiver já muito afundado vão construir outra pessoa sobre mim?

Essa lama me leva a outra lembrança, a de uma criança jogando capoeira. Uma criança que brinca pode ser capaz de fazer um adulto que já não brinca mais, um adulto de espírito enferrujado, brincar como uma criança e ainda jogar capoeira brincando, sem se preocupar se te olham estranho. Criança quando vê outra criança brincando, não fica impressionada como a gente fica. Quem se impressiona mesmo com isso somos nós, adultos que não brincam mais, ou que brincam pouco, adultos de espírito enferrujado. A gente cresce e parece que vai afundando numa lama e ficando longe da brincadeira, desaprende a brincar. E a gente não dá muito conta disso. Quando vê, já foi.

Mas do que proteger as crianças e os adolescentes? Em conversas com equipes de trabalhadores em abrigos, percebo que a rotina de cuidados para 20 crianças e adolescentes que precisam acordar, se vestir, tomar café, ir para a escola, serem levados a médicos, psicólogos, dentre tantas outras atividades; uma rotina permeada por afetos difíceis de lidar, afetos decorrentes de histórias bastante complicadas e que levaram essas crianças e adolescentes a serem afastadas de suas famílias; tudo isso constitui um contexto que pode se tornar muito aprisionante para os trabalhadores dos serviços de acolhimento. E quando se trata mais especificamente dos adolescentes, o desafio de entrar no mercado de trabalho e não na criminalidade e num certo uso de drogas ganha uma atenção enorme. Ficar sem lugar no mundo das trocas econômicas pode chegar bem perto de ficar sem lugar no mundo. No afã de protegê-los, perde-se de vista outro risco, o risco de não brincar e experimentar mais, ficar sério, responsável, ou mesmo triste e enferrujado demais. Aos poucos um outro corpo vai sendo construído sobre eles, um corpo que sofre em silêncio, sonha e brinca pouco. E crescer se torna não desejar mais, profissionalizar-se, tornar-se frequência assim lhes apresentamos a vida, como um funil. Como cuidar do risco de impor uma adaptação mortífera?

A tudo isso soma-se a falta de espaço no cotidiano do serviço para que seus trabalhadores reflitam sobre sua prática. Muitos contam que dificilmente em suas folgas, esquecem das questões que vivem no trabalho. Falam de preocupações e aflições que os acompanham mesmo quando estão em casa.

Para realizar espaços de reflexão nesses serviços, não basta apenas vencer os desafios operacionais, que não são poucos. Não basta conseguir reunir os trabalhadores numa sala. As equipes que tem conseguido organizar tais espaços contam ser comum que as reuniões tenham como pauta uma lista de reclamações e cobranças dirigidas a equipe de educadores, o que costuma estabelecer um clima que pouco favorece a conversa e um vetor de fala que vai apenas de quem está acima na hierarquia da organização para quem está abaixo. Certamente, essas dinâmicas não favorecem a reflexão e a fala, pelo contrário, tendem a inibi-las.

O espaço da supervisão é um momento de parada para pensar a prática junto com outras pessoas que realizam essa prática. Pensar junto é um desafio a mais. Frequentemente, um silêncio se abate sobre esses encontros. Pergunto-me o que acontece, por que as pessoas se calam, por que não trazem para as reuniões assuntos que se referem ao coletivo e que tanto as mobilizam. Muitos de nós aqui temos experiências de trabalho em organizações. Podemos todos nos perguntar algo



semelhante como: em que momentos nos calam os locais de trabalho? O que nos impede a fala? É um impedimento que nos acompanha em nossa própria história? É um impedimento que se monta na dinâmica da própria instituição? E que ações ou falas nossas contribuem para que outros falem e se expressem? E o contrário: quando inibimos a fala dos outros?



Muitos trabalhadores nos serviços de acolhimento contam ter bastante receio de trazer a tona os problemas que experienciam no cotidiano. “A gente fica quieto porque se não, dá conflito com o colega, mas a gente passa raiva”. São conflitos constantemente evitados, temidos pela ameaça de carregarem consigo um mal estar insuperável que se posto na mesa prejudicaria ainda mais o trabalho. Sem espaço para serem falados, esses conflitos travam as relações, impedem passagens e são desperdiçados na potência que tem de nos ajudar a compreender o que acontece. Os efeitos da hierarquia de poder que se estabelece no ambiente de trabalho também incidem nesses serviços. Falar na frente do chefe, se expor, expor pensamentos e afetos, não é algo que se costuma fazer. Mais do que isso, muitos já nem se percebem mais como alguém que teria contribuições a dar. A hierarquia contamina as pessoas e a equipe como um todo, a ponto de estabelecer quem tem e quem não tem algo a dizer. A supervisão institucional propõe uma horizontalização e causa estranhamento. A coletivização da tarefa de propor e decidir os assuntos de uma reunião os provoca a trazer suas próprias reflexões. A tarefa de participar os convoca a expor suas opiniões, opinar sobre a opinião do outro e construir acordos acerca de propostas. Nada disso é fácil.

A supervisão institucional tem como desafio facilitar a constituição de um grupo, de uma equipe com funcionamentos capazes de considerar e se orientar pela percepção e participação de seus integrantes, para assim receber o impacto do trabalho, de maneira a elaborá-lo, abrindo espaço para o surgimento de novas ações. Essa é a brincadeira, uma brincadeira de adultos. Ela depende de alguma liberdade para acontecer, uma liberdade que vejo faltar ao deparar-me com um trabalho assustado com a dor e amarrado em hierarquias de poder, que frequentemente entra em automatismos, torna-se mecânico, enfadonho e sem sentido para quem o realiza. Claro que o brincar mesmo, especialmente em se tratando desse público, também é importante e também chega a faltar.

Talvez fosse o caso de proteger as crianças e adolescentes de nós mesmos, da nossa ferrugem, do nosso atolamento e desse mundo que apresentamos a eles. Um mundo no qual e com o qual brincamos muito pouco.

As supervisões institucionais são, a meu ver, um espaço para essa brincadeira *latu sensu*, a brincadeira de fazer uma discussão de caso, compartilhar os afetos que cada um da equipe vive, pensar uma articulação com outro ator da rede, enfim, se distanciar do dia a dia para vê-lo de outra maneira e buscar novas estratégias para lidar com situações difíceis. Essa brincadeira convida esses profissionais para outra relação com seu trabalho. A adaptação dá lugar também para a criação e com isso limpamos um pouco da lama em que nos afundamos sem perceber. Os efeitos da hierarquia de poder que se estabelece no ambiente de trabalho também incidem nesses serviços. Falar na frente do chefe, se expor, expor pensamentos e afetos, não é algo que se costuma fazer. Mais do que isso, muitos já nem se percebem mais como alguém que teria contribuições a dar. A hierarquia contamina as pessoas e a equipe como um todo, a ponto de estabelecer quem tem e quem não tem algo a dizer. A supervisão institucional propõe uma horizontalização e causa estranhamento. A coletivização da tarefa de propor e decidir os assuntos de uma reunião os provoca a trazer suas próprias reflexões. A tarefa de participar os convoca a expor suas opiniões, opinar sobre a opinião do outro e construir acordos acerca de propostas. Nada disso é fácil.

A supervisão institucional tem como desafio facilitar a constituição de um grupo, de uma equipe com funcionamentos capazes de considerar e se orientar pela percepção e participação de seus integrantes, para assim receber o impacto do trabalho, de maneira a elaborá-lo, abrindo espaço para o surgimento de novas ações. Essa é a brincadeira, uma brincadeira de adultos. Ela depende de alguma liberdade para acontecer, uma liberdade que vejo faltar ao deparar-me com um trabalho assustado com a dor e amarrado em hierarquias de poder, que frequentemente entra em automatismos, torna-se mecânico, enfadonho e sem sentido para quem o realiza. Claro que o brincar mesmo, especialmente em se tratando desse público, também é importante e também chega a faltar.

Talvez fosse o caso de proteger as crianças e adolescentes de nós mesmos, da nossa ferrugem, do nosso atolamento e desse mundo que apresentamos a eles. Um mundo no qual e com o qual brincamos muito pouco.

As supervisões institucionais são, a meu ver, um espaço para essa brincadeira *latu sensu*, a brincadeira de fazer uma discussão de caso, compartilhar os afetos que cada um da equipe vive, pensar uma articulação com outro ator da rede, enfim, se distanciar do dia a dia para vê-lo de outra maneira e buscar novas estratégias para lidar com situações difíceis. Essa brincadeira convida esses profissionais para outra relação com seu trabalho. A adaptação dá



lugar também para a criação e com isso limpamos um pouco da lama em que nos afundamos sem perceber.

